

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : JB

CLASS. : 32

DATA : 12 05 87

PG. : 2

Carta verá índios como nação

O negro e o homossexual não mais poderão ser discriminados, e os índios passam a ser considerados uma nação. A história da raça negra no Brasil será contada nas escolas, e Zumbi dos Palmares será o mais novo herói nacional. Sem autorização prévia das populações indígenas ninguém poderá explorar as riquezas naturais e minerais existentes em seus territórios, que estarão demarcados, no máximo, em seis anos. Os deficientes físicos e mentais que não puderem trabalhar ser tutelados pelo estado, e a todas as etnias a nova constituição vai assegurar seus direitos.

O perfil do novo cidadão brasileiro, previsto no anteprojeto constitucional do relator da Subcomissão de Minorias, deputado Alcení Guerra (PFL-PR), teve aprovação irrestrita dos parlamentares da subcomissão, que consideram "brilhante" o trabalho na primeira avaliação informal de seu relatório. "Extremamente progressista. Ele soube transpor para o papel todas as aspirações da população, aqui representadas", elogiou o antropólogo e deputado José Carlos Saboi (PMDB-MA).

Pequenos acertos — Não foi surpresa, para nenhum dos parlamentares o resultado inicial do trabalho de Alcení Guerra. Durante toda a fase de audiências públicas, o relator acompanhou os depoimentos e pediu auxílio dos deputados engajados em alguns dos movimentos sociais — como a deputada Benedita da Silva, (PT-RJ), com os negros. José Carlos Uboi, com os índios. E o presidente da subcomissão, deputado Ivo Lech (PMDB-RS), com os deficientes físicos — para a elaboração de seu

relatório. "Está muito bom, quase perfeito", comentou Jorge Terena, assessor de coordenação de trabalhos indígenas (irmão do ex-candidato pelo PDT à Câmara, Marcos Terena, líder indígena), após ouvir a leitura do esboço elaborado pelo relator.

Dividido em quatro partes (negros, populações indígenas, deficientes físicos e mentais, e minorias), o relatório só recebeu "pequenas críticas" em pontos já considerados polêmicos. Mesmo assim, a discordância baseou-se em prazos — como no caso da demarcação dos territórios indígenas — ou em artigos, que não deixam previamente assegurada a existência de uma legislação ordinária. Para a demarcação das terras indígenas, Alcení Guerra prevê um prazo de seis anos, quando José Carlos Saboi e Benedita da Silva pleiteiam, no máximo, dois.

Benedita também fez outra ressalva. Não está garantida, no esboço do relator, a questão da isonomia racial. A deputada do PT quer ver na Constituição um artigo assegurando aos negros 60% das vagas em escolas e locais de trabalho. O relator, no entanto, acredita que é suficiente a garantia de isonomia nos casos de discriminação racial confirmada. Só a união poderá explorar o solo e o subsolo em territórios indígenas, e, mesmo assim, com autorização prévia da comunidade afetada e aval do Congresso Nacional.

Jorge Terena ficou "extremamente satisfeito" com o avanço do relator, mas teme que esse "progressismo das minorias" caia na Comissão de Sistematização.

Editorial Fatura sem Pagadores